

Felipe Moura de Oliveira
Carolina Monego Lins Pastl

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Journalism crisis, transparency and fixation of belief in an environment of denialism and misinformation

The article proposes reflections on the journalism crisis, understood as qualified mediation in the face of the chaotic reality of events and their consequences in the digital environment. Backed by a brief analysis of content produced by vehicles that make up the Projeto Credibilidade on the ineffectiveness of hydroxychloroquine in the treatment of covid-19, it is postulated that by adopting credibility indicators they promote transparency in the journalistic method. The discussion is illuminated by Peirce's General Theory of Signs, from which derives the hypothesis, under construction, that transparency, constituted as a legisign in the "semiosis of news", can legitimize the journalistic method through a movement that transits between the forms of fixation of belief. Preliminarily, it is possible to infer the heuristic pertinence of the proposal, from its theoretical-methodological arrangement, but when it is facing to the Projeto Credibilidade denotes limits to its realization in initiatives of this type.

Crise do jornalismo, transparência e fixação da crença em ambiente de negacionismo e desinformação

O artigo propõe reflexões sobre a crise do jornalismo, entendido como mediação qualificada frente à realidade caótica dos acontecimentos e seus desdobramentos no ambiente digital. Com lastro em breve análise de conteúdos produzidos por veículos que compõem o Projeto Credibilidade sobre a ineficácia da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19, postula-se que ao adotar indicadores de credibilidade eles promovam transparência no método jornalístico. A discussão é iluminada, em especial, pela Teoria Geral dos Signos, de Peirce, da qual decorre a hipótese, em construção, de que a transparência, constituída como legi-signo na "semiose da notícia", pode legitimar o método jornalístico por meio de um movimento que transita entre as formas de fixação da crença. Preliminarmente, é possível inferir a pertinência heurística da proposta, a partir do seu arranjo teórico-metodológico, mas seu cotejamento com o Projeto Credibilidade denota limites para sua realização em iniciativas dessa natureza.

Keywords

Covid-19 pandemic. Qualified mediation. Semiosis of news.

Palavras-chave

Pandemia de covid-19. Mediação qualificada. Semiose da notícia.

Introdução

Junho de 2013. No jornal *Folha de S. Paulo* (Brasil), profissional que ocupava posto de direção na redação admite, durante reunião de pauta, em meio a mobilizações pelo país: “Tá [sic] na cara que a força e a rapidez de mobilização tá [sic] calcada nisso [redes sociais]. A maioria fica sabendo por ali [dos protestos], não tá nem aí para o que gente diz. *O efeito disso temos que discutir*” (Oliveira, 2018, p. 16, grifo nosso). Embora instintiva, uma reação às milhões de pessoas nas ruas, com demandas difusas, contraditórias, metabolizadas no ambiente digital, que denotava uma percepção ainda inicial sobre uma crise inédita no jornalismo: pela primeira vez era descentralizado o poder de intermediação que ostenta na esfera pública.

Uma década depois, o caos informativo que leva à “infodemia” constatada pela OPAS (Organização Pan-americana da Saúde), em meio à chegada da pandemia de covid-19, torna imperativo um investimento nos estudos de jornalismo sobre os diferentes aspectos da crise (tomada como causa e consequência do cenário de desinformação, nos termos de Wardle e Derakhshan, 2017). A proposta, aqui, é pensá-la – tentando evitar qualquer pretensão demasiada – a partir da face que implica a credibilidade do campo, em discussão de natureza preponderantemente ensaística e circunscrita à semiótica como lugar epistemológico, chamando ao diálogo a Teoria Geral dos Signos, de Charles Sanders Peirce (2002) e com referência ainda ao contrato de comunicação em Charaudeau (2006) – essa mais recente, ainda experimental no arranjo teórico em construção, com apoio na introdução ao conceito que faz Benetti (2008) para o estudo de processos jornalísticos.

Peirce oferece aporte teórico-metodológico para a reflexão, em especial neste trabalho, quando propõe as formas de fixação da crença (1877) com base em quatro diferentes métodos: da *tenacidade*; da *autoridade*; *a priori*; e da *ciência*. Mais do que apostar neste ou naquele como alternativa para o enfrentamento da crise, o intento é produzir subsídios a esse propósito a partir da transparência do método jornalístico como forma de legitimá-lo. Trata-se de um movimento que reitera, finalmente, a proposta de uma filosofia do jornalismo que o toma como mediação qualificada – perspectiva que tem sido testada em diferentes fóruns (Oliveira, 2015; 2018; 2021; Oliveira et al., 2022; Oliveira et al., 2020; Oliveira & Garcia, 2022).

Como aporte empírico para a materialização do debate recorre-se ao Projeto Credibilidade¹, divisão brasileira do *The Trust Project*, criado em 2017, com base em análise empreendida em pesquisa anterior (Pastl, 2022). No Brasil, a iniciativa chega em 2019, com o intuito de desenvolver padrões de transparência a serem utilizados por veículos jornalísticos, por meio de um manual. Os indicadores, evocados no processo de produção, garantiriam a transparência do método e, potencialmente, promoveriam credibilidade frente ao público.

É analisada, ainda de forma incipiente, a incidência dos indicadores em representações da controvérsia inicial e, sobretudo, da ineficácia da hidroxicloroquina no tratamento da covid-19 – significando o negacionismo como acontecimento – feitas por três veículos que os adotam:

*Agência Lupa*², *Folha de S. Paulo*³ e *Nexo Jornal*⁴. Mobiliza-se para tanto a concepção peirceana de produção de sentido sobre os objetos da realidade (inapreensível ao ser humano senão pela linguagem), expressa na “semiose da notícia” (Henn, 1996; Oliveira, 2018).

A síntese ora estimulada é representada pela hipótese de que, ao adotar a transparência no método jornalístico, constituída como legi-signo (Peirce, 2002) na “semiose da notícia”, o campo estaria legitimando tal método por meio de um movimento que transita entre as quatro formas de fixação da crença. Isso permitiria, potencialmente, um ganho sensível de credibilidade; um investimento no aperfeiçoamento do processo para, então, incidir sobre o produto, tão fragilizado quando fruto de uma semiose pretensamente linear ante o ambiente digital. Em outras palavras, uma revisão do contrato de comunicação entre jornalismo e público, segundo a metáfora, consagrando a transparência como “cláusula”.

A perspectiva teórico-metodológica que inspira a reflexão, com ênfase na centralidade da linguagem para a epistemologia do jornalismo, abre o artigo. Em seguida, é oferecida uma delimitação da crise e do cenário de desinformação do qual a covid-19 passou a fazer parte, para, na seção subsequente, ensaiar a pertinência das formas de fixação da crença (Peirce, 1877) na reflexão sobre a transparência do método nas práticas jornalísticas. A análise descritiva dos conteúdos produzidos no âmbito do Projeto Credibilidade é o que segue e, por fim, destaca-se as principais inferências nas considerações finais.

Preliminarmente, é preciso ponderar pelo menos dois limites que restam da tentativa de realização da elaboração teórico-conceitual em desenvolvimento nas iniciativas do Projeto Credibilidade. O primeiro, interno a ele próprio, e mais técnico, por assim dizer, refere-se à pertinência dos indicadores de transparência adotados: em alguns casos, têm pouco efeito pragmático; em outros, são pouco exequíveis quando projetada uma universalização, como apontam Träsel et al. (2019). Na base desse limite, o segundo, de natureza mais filosófica: alguns indicadores ainda preservam práticas que recorrem aos métodos da tenacidade e da autoridade – com resquícios do método *a priori* – em detrimento de uma inspiração muito tênue no método da ciência – que não deve ser confundido com o método jornalístico.

São limitações que determinam uma contribuição ainda efêmera ao favorecimento do exercício da mediação qualificada – em que pese se possa vislumbrá-la em parte do material analisado – e ao enfrentamento estrutural da crise do jornalismo. Por outro lado, merece registro o avanço da percepção das redações sobre as tensões geradas sobre si por processos sociais típicos do ambiente digital: de um nível meramente instintivo ao esforço do desenvolvimento de alternativas mais reflexivas (Oliveira, 2021), como se atendendo ao apelo que fizera o jornalista do jornal *Folha de S. Paulo*, há 10 anos, quando chamava os colegas a discutir o efeito da perda do poder de intermediação.

2 Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/>. Acesso: 20 mar 2023.

3 Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br/>. Acesso: 20 mar 2023.

4 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/>. Acesso: 20 mar 2023.

1 Disponível em: <https://www.credibilidade.org/>. Acesso: 20 mar 2023.

Semiose da notícia

Pensar a prática jornalística como uma semiose implica em considerá-la um exercício de produção de signos, que se expressam na notícia⁵ publicada pelo jornal. É especialmente a partir da Teoria Geral dos Signos, de C. S. Peirce, que se pretende lançar luz à reflexão sobre a crise do jornalismo – aqui, no contexto da pandemia de covid-19 e a partir de experiências do Projeto Credibilidade. Antes, porém, cumpre realçar – brevemente, tentando evitar contornos pernósticos – as referências teórico-conceituais que a iluminam.

O projeto filosófico de Peirce, antes de qualquer relação específica com determinada ciência, propunha a compreensão dos fundamentos do conhecimento, argumentando que todo o pensamento humano é processado por signos. Fruto dessa premissa, convencionou tratar a semiótica como a “ciência das ciências”, pelo que colheu acusações de ser ambicioso em demasia (Oehler, 1987, p. 3). Ele debate com a filosofia idealista de Kant a primazia de um pragmatismo capaz de explicar como o conhecimento se estabelece e avança. A percepção da mente humana sobre o mundo se sobrepõe à abstração – ainda que, paradoxalmente, seja pela abstração que a mente humana acessa a realidade. A concepção de mente é o que muda em relação aos idealistas, porque o pensamento só é possível em signos que emergem em processo eminentemente fenomenológico de afetação da mente (Oliveira, 2018).

Na relação com o jornalismo, uma premissa básica se impõe. Compreende-se que é na linguagem que reside a materialidade da atividade, sobretudo no que se defende ser sua principal função: ocupar um lugar de mediação qualificada na esfera pública, como campo capaz de produzir certo tipo de conhecimento específico (Meditisch, 1998) entre a realidade caótica dos acontecimentos e a sociedade. É na linguagem, então, que se discute o estatuto epistemológico do campo.

O conceito de esfera pública é proposto à reflexão, em Habermas (2003), na relação com Peirce. Quando Oehler (1987) retoma o percurso histórico da semiótica peirceana, aponta uma preocupação teleológica com o *consenso* (nos termos técnicos com os quais o semiótico trabalha) como conceito capaz de elevá-la a uma dimensão pragmática; da síntese transcendental kantiana à síntese semiótica da interpretação. Em Habermas, a ação comunicativa na direção do bem-comum estaria balizada em quatro premissas: *compreensibilidade* na expressão; *verdade* na mensagem; *veracidade* na enunciação; *exatidão* no discurso. Em Peirce (2002), uma representação da realidade capaz de produzir algum nível de *consenso* é calcada na escolha, pelo método adequado, dos signos mais precisos para representar os objetos.

A semiótica peirceana oferece, finalmente, uma relação lógica que tenta evitar o idealismo, privilegiando a fenomenologia típica do pragmatismo. Eco (1976, p. 317) corrobora com essa leitura ao advogar que pode permitir a percepção da intersubjetividade quando reconhece os sujeitos numa dada situação de comunicação “apenas enquanto eles se manifestam através de funções sígnicas,

5 A noção de notícia adotada neste trabalho a toma, no geral, como produto da produção jornalística. Não faz, necessariamente, referência ao gênero notícia em detrimento dos demais gêneros jornalísticos.

desempenhando funções [...], criticando [...] funções [...], e reestruturando as funções [...] preexistentes. Aceitando esses limites, a semiótica evita totalmente qualquer risco de idealismo”.

O breve panorama da base teórica serve à introdução do conceito de “semiose da notícia”, advindo de pesquisas anteriores; processos pensados desde a pauta, como etapa inicial do fluxo da notícia (Henn, 1996), até a sua atualização em meio ao ambiente digital e processos sociais difusos nele metabolizados (Oliveira, 2018). Em Peirce, semiose é uma ação envolvendo a cooperação de três sujeitos – um signo, seu objeto e seu interpretante. É dessa definição que decorre a constituição do esquema lógico na “semiose da notícia” que tem: *objeto/acontecimento – mente interpretante/jornalismo – signo/notícia*. Os três sujeitos (objeto, signo, interpretante) são entidades semióticas abstratas; não necessariamente sujeitos humanos. Quando o jornalismo é posto na condição de interpretante, trata-se de um lugar transitório.

Ao encontro da proposta de Henn (1996), a “semiose da notícia” é investigada em pesquisa anterior (Oliveira, 2012) ainda com uma configuração baseada em percurso mais linear, que não era atravessado por semioses difusas e antagônicas que atualmente se concretizam nas redes sociais digitais. Nesse contexto, numa tentativa de materializá-la em sentido didático, começa pelo acontecimento, que transita ao acontecimento jornalístico (Benetti, 2010), quando ascende à condição de pauta nas redações e acabará representado pelo signo-notícia.

Tem-se, então, um fluxo de semiose submetido às etapas históricas do processo de produção da notícia. Nesse percurso, uma série de “guias de sentido” atuam sobre a significação do acontecimento, determinando uma representação cerceadora da potência que ele tem para revelar campos problemáticos numa dada esfera pública a partir do que Quéré (2005) chamou de “poder hermenêutico” de que é dotado.

É na terceira dimensão do signo que se manifestam o que aqui chamamos de “guias de sentido”, cuja designação técnica Peirce atribuiu o nome *legi-signos* (2002): signos que representam seu objeto por força de lei; convenção social⁶. E justamente pelo que tem de convenção, o *legi-signo* é capaz de representar objetos exclusivamente abstratos, sem materialidade concreta. Uma ideia. Um valor. Não representa o singular; mas o geral: “[...] o objeto de uma palavra não é alguma coisa existente, mas uma ideia abstrata, lei armazenada na programação linguística de nossos cérebros”, ensina Santaella (1983, p. 14).

No processo de significação agem e interagem sistemas de produção de sentido, como o próprio jornalismo, e discursos que se valem de diferentes sistemas no espaço simbólico que Lotman (1996) denominou *semiosfera*⁷ – a Igreja, o

6 Na complexa trama triádica que sustenta a semiótica de Peirce (2002), quando classifica os signos em relação aos fenômenos da ordem da realidade, tomados como objetos, ele faz uma classificação, também triádica, do signo em relação à sua própria natureza: *quali-signo*, quando o objeto é representado pelas suas qualidades; *sin-signo*, quando é representado por uma conexão indicial; e *legi-signo* – aqui em destaque –, quando o objeto é representado por força de lei, convenção social e outras formas simbólicas.

7 Em analogia à biosfera, o semiótico a define como o espaço não físico em que a vida ganha sentido; em que se constituem as condições para a significação humana sobre o mundo, com ênfase na cultura.

Estado, a Escola... A ciência. Para Hartley (1991), é preciso considerar o encontro entre sistemas que compõem um discurso para entendê-lo: circunstâncias históricas, culturais, produção e condições de consumo.

A produção da notícia, pois, configura-se numa rede de mediações, uma semiose complexa, que sofre intervenções de várias ordens, com início na pauta, entregue ao repórter – e que já se constitui como o primeiro signo que gerará um interpretante antes mesmo do contato com o fenômeno que se prestará a objeto do signo/notícia (Henn, 1996). Signo/notícia que passa, antes, por várias etapas na direção da codificação à linguagem que a redação julga necessária, evocando princípios da linha editorial do jornal, manuais de redação etc.

As práticas jornalísticas são entendidas, então, como legi-signos na “semiose da notícia”⁸. Golding e Philip Elliott (1979), em Wolf (1995, p. 175-176), afirmam que os valores-notícia, por exemplo, “constituem referências, claras e disponíveis, a conhecimentos partilhados sobre a natureza e os objectos das notícias, referências essas que podem ser utilizadas para facilitar a complexa e rápida elaboração dos noticiários”. Berger (1998, p. 127) contribui quando reflete sobre a relação conflituosa entre o texto e o contexto no discurso, sublinhando o discurso jornalístico, no qual, segundo a autora, o “sujeito jornalista convive em tensão com suas fontes, com a empresa jornalística e com os leitores, confirmando que as condições incluem a produção, a circulação e o reconhecimento e que, estas, formatam e moldam o modo de dizer as coisas do mundo”.

Com lastro nesse suporte teórico-conceitual é oferecida ao debate a proposta, ensaística, de inserção da transparência do método como legi-signo na “semiose da notícia”, visando à revisão do contrato de comunicação com o público. Ao acolhê-la, a suspeita é que o jornalismo enfrentaria um dos catalisadores da crise atual: a perda de credibilidade. Quando considerado o contexto de caos informativo, agudizado pela crise sanitária instaurada pela pandemia de covid-19, sublinha-se a necessidade de debatê-la.

Quando uma crise encontra outra

Não seria exagero prever que uma “semiose da notícia” de lógica pretensamente linear tem seus dias contados. Não no que tange à representação de conflitos sociais como objetos de signos/notícia. E sobre o jornalismo, como campo social e profissional, tem se abatido consequências substantivas de novas formas de intervenção na esfera pública, com as redes sociais digitais como espaço alternativo de articulação e significação dos acontecimentos e efeitos localizados sobre a sua credibilidade.

A chegada da internet é mais ou menos o gene da crise atual, asseverada mais recentemente, com a consolidação das redes sociais digitais. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC), do Brasil, divulgados pelo

site *Poder360*⁹, o número de exemplares (digitais e impressos) de nove grandes jornais em dezembro de 2014 era de 1.712.424. Em dezembro de 2019, caiu para 1.476.303, uma redução de 13,8%.

A crise atual, contudo, não se restringe a uma evolução, como fora no caso de tecnologias anteriores, como o rádio sobre a imprensa ou a televisão sobre o rádio, por exemplo. É uma crise com potencial para abalar a estrutura do jornalismo como sistema de produção de sentido. Para além da digitalização dos meios e a decorrente insustentabilidade do negócio, novas fontes, acesso facilitado a elas, e a possibilidade de produção de conteúdo por qualquer um levaram a uma quebra do monopólio territorial da circulação de informações. O posicionamento crítico do leitor foi reforçado pela maior possibilidade de acesso a todo tipo de informação, na avaliação de Lima (2020).

É por isso que Christofolletti (2019, não paginado) argumenta que “a crise é financeira, mas também é política e existencial, de ética e credibilidade, de governança e gestão”. No caso da crise sob o aspecto da credibilidade, é possível entender, a partir da perspectiva dos sistemas abertos de Lotman (1996), que o jornalismo é afetado pelas redes sociais digitais justamente na fronteira entre esses dois sistemas de produção de sentido. Porque a informação de um sistema, quando traduzida por outro, pode gerar crises, já que cada um codifica os acontecimentos à sua maneira, com códigos próprios.

Na semiótica peirceana o que ocorre é que, nessa tradução do acontecimento jornalístico nas redes sociais digitais, o público percebe, concretamente, que o signo é incapaz de ocupar o lugar do objeto. Em outras palavras, que a representação que o jornalismo faz do acontecimento não o desvenda completamente, não o transmite tal como ele é, como a perspectiva epistemológica majoritária no jornalismo defendera pelo menos até o início do Século 21, sob o paradigma clássico da objetividade.

Essa percepção é possível graças ao que Santaella (2008) chamou de “sobras” que resultam de qualquer semiose. Ou seja, considerando a realidade inapreensível, senão pela linguagem, é o signo que representa os objetos, mas jamais em sua totalidade – porque isso corresponderia à apreensão do próprio objeto e, assim, da realidade ela mesma, como se sem mediação. Cada semiose, em particular, se processa a partir de escolhas sígnicas que se dão no âmbito do interpretante. Ao passo em que o jornalismo significa os acontecimentos numa semiose orientada pelos legi-signos que o compõem, nas redes sociais outras semioses se desenrolam, configurando uma disputa de sentidos (ou disputa de signos) sobre a realidade na semiosfera contemporânea.

Lisboa e Benetti (2017) contribuem para a compreensão dos efeitos da crise sobre a credibilidade. No ambiente digital, a *credibilidade constituída* e a *percebida* entram em dissonância. O que ocorre é que a autoridade do jornalismo como detentor da verdade (aqui entendida como credibilidade constituída pelo jornalismo) é posta em xeque com a possibilidade do público confrontar as informações noticiadas com um número cada vez mais expandido de fontes (aqui entendida como credibilidade percebida pelo público). “Ao demonstrar incapacidade frequente de cumprir o

⁸ Ao investigar as fronteiras entre o jornalismo e a arte na produção de ilustrações de jornais diários, Hermes (2005) identificou legi-signos que tendem a constituir a forma como os profissionais pensam o seu trabalho e, conseqüentemente, agem como uma espécie de parâmetro na produção de sentido.

⁹ Disponível em: <https://bitly.com/6kyFPS>. Acesso: 20 mar 2023.

contrato com o público, a empresa – seus veículos e profissionais – são questionados em sua credibilidade também”, afirma Christofletti (2019, não paginado). A percepção da credibilidade, portanto, é uma constante negociação.

Nesse contexto, a desinformação, que acirra a crise, pode ser entendida como um conjunto de informações distorcidas, manipuladas ou inteiramente falsas que são criadas intencionalmente com a função de enganar para gerar algum tipo de ganho político (Benkler et al., 2018); ou, ainda, excesso de informação, falsa ou verdadeira. E a desinformação engana o público, quase sempre, pela imitação de notícias, tanto na linguagem, quanto na forma de apresentação (Tandoc Jr et al., 2017). Em relação à credibilidade, então, pode-se entender que o ambiente de desinformação contribui para uma confusão dos usuários sobre o que é e o que não é informação jornalística. Conforme Brenol (2020), uma das causas é a dificuldade de identificação da origem da informação. O leitor não necessariamente acessa o jornal para ler a notícia, ele é alcançado por informações dispersas nas redes sociais digitais.

Além de impactar diretamente a crise de credibilidade do jornalismo, o espalhamento de desinformação tem sido um problema de saúde pública, sobretudo em países com a conformação socioeconômica e cultural do Brasil; problema evidenciado pela pandemia de covid-19. E a hidroxiquina, mais do que como medicamento em si, como signo, é um dos vários catalisadores. Usualmente prescrita para tratamento de lúpus e artrite reumatoide, a droga passou a ser apresentada como a “cura” para a covid-19, embora as evidências científicas nunca tenham confirmado sua eficácia e boa parte do conteúdo relacionado ao assunto tenha sido desmentido por veículos de checagem de fatos (Recuero et al., 2020).

O suposto potencial da hidroxiquina contra a doença que assolou o mundo repentinamente começou a ser explorado a partir de um pequeno trabalho publicado na China. Ganhou as manchetes dos jornais com a publicação de um estudo feito pelo médico francês Didier Raoult, em março de 2020, quando afirmou que o medicamento era capaz de diminuir a carga do novo coronavírus (como era conhecido à época). Apesar da esperança inicial, cientistas começaram a notar erros metodológicos e, em setembro do mesmo ano, Raoult foi denunciado pela Sociedade de Patologia Infecciosa de Língua Francesa (SPILF) por promoção indevida da droga. Em janeiro de 2021, admitiu erros como a exclusão de voluntários do resultado.

Mesmo com essas suspeitas iniciais e as correções posteriores, a desinformação já havia se espalhado. No Brasil, o então presidente, Jair Bolsonaro, fez ampla defesa do uso da hidroxiquina. De acordo com o Digital News Report (Reuters, 2021), checadores de fatos identificaram quase 900 declarações falsas ou imprecisas sobre o assunto proferidas por ele somente durante o ano de 2020. Até então restrito a pacientes graves e hospitalizados, devido ao risco de provocar arritmia cardíaca, o Ministério da Saúde, sob Bolsonaro, autorizou, em 20 de maio daquele ano, o uso do remédio para casos leves. A venda passou a prescindir de prescrição médica e houve desabastecimento. No início de 2021, passou-se a noticiar casos de hepatite medicamentosa, o que levou pacientes à fila por transplante de fígado em razão da ingestão descontrolada desse e outros remédios, na combinação que ficou conhecida como “kit covid”.

Da crença no método à mediação qualificada

É nesse ruidoso cenário de crises e instabilidade dos conceitos de verdade e credibilidade que o jornalismo se vê desafiado a repactuar o contrato de comunicação que estabeleceu com o público em democracias liberais ocidentais ao longo do Século 20 (Charaudeau, 2006; Benetti, 2008). De um ponto de vista epistemológico, a proposta é tomá-lo como mediação qualificada (Oliveira, 2018), pela qual passa, antes, a revisão do seu estatuto, onde se localiza a discussão da transparência do método como espécie de nova “cláusula”.

Quando Peirce escreveu seu breve ensaio “A fixação da verdade” (1877) não poderia advogar sua pertinência ante a consolidação do ambiente digital, mais de 100 anos depois. Impressiona, contudo, sua atualidade quando em suspeição está o ambiente de desinformação e tensão sobre as instituições ocidentais da modernidade, sobretudo com a consolidação da agência de algoritmos sobre os processos sociais. Os acontecimentos de 2016, conformados pelas chamadas *fake news*, contribuem para esse entendimento: a eleição de Donald Trump, nos EUA, e a decisão pela saída do Reino Unido da União Europeia – seguidos de desdobramentos na eleição de Jair Bolsonaro, no Brasil, em 2018, e cujo ápice se dá em meio à pandemia de covid-19.

A fenomenologia e o falibilismo, fundamentos do pragmatismo, são base para a discussão acerca do papel da crença como elemento que promove conforto e esperança ante a realidade caótica dos acontecimentos. É do que decorre a criação de grandes sistemas de compreensão do mundo, boa parte inspirados pela filosofia idealista e a metafísica, alvos de ponderações. Peirce (1877, p. 4) alerta: “Onde a esperança não é confrontada com qualquer experiência, é provável que o nosso optimismo seja extravagante”. Haveria, aí, uma tendência à crença em detrimento da dúvida, sempre amparada em hábitos de interpretação dos fenômenos mais ou menos lógicos, a partir dos quais emergiriam inferências sobre o seu funcionamento.

“O hábito específico da mente que governa esta ou aquela inferência pode ser formulado numa proposição cuja verdade depende da validade das inferências que o hábito determina; e tal fórmula é chamada *princípio condutor da inferência*”, explica Peirce (1877, p. 5, grifo nosso), exemplificando:

Suponhamos, por exemplo, que observamos que um disco de cobre em rotação rapidamente fica em estado de repouso quando colocado entre os pólos de um magneto, e inferimos que isto sucederá com todo o disco de cobre. O princípio condutor aqui é que o que é verdadeiro para um pedaço de cobre é verdadeiro para outro. Tal princípio condutor a respeito do cobre seria muito mais seguro do que em relação a muitas outras substâncias.

É um raciocínio que leva a uma associação quase mecânica com o debate acerca da (in)eficácia da hidroxiquina para o tratamento da covid-19. Fruto de uma premissa falsa, amparada por essa ou aquela experiência individual de “cura” da doença, a inferência lógica é a universalização do uso do medicamento. Trata-se, então, de um movimento de significação da realidade caótica que a pandemia inaugura, como acontecimento, que garante um certo nível de conforto e esperança ante as incertezas que a acompanhavam.

Nessa perspectiva, Peirce define as quatro formas de fixação da crença, com ênfase, inicialmente, nas três primeiras. Os métodos da *tenacidade*, da *autoridade* e a *a priori* sustentam-se, basicamente, no mesmo princípio. Na tenacidade, o protagonismo é atribuído a hábitos historicamente convencionados, preservados pelo senso comum; à autoridade, uma dinâmica a partir da qual a crença é fixada por uma força social, normalmente institucional e coercitiva; e, por fim, o método *a priori* é definido como aquele cuja crença se dá pela ação de um sistema filosófico – uma ideologia específica, uma religião, por exemplo (Peirce, 1877).

Majoritariamente com base nesses três métodos é que o jornalismo se constituiu na modernidade como instituição social outorgada para definir o que é atual e relevante no presente (Franciscato, 2005). Uma outorga obtida não por um estatuto socialmente legitimado a partir de teoria e métodos próprios (como os campos do direito ou da medicina, como exemplos), mas pela atribuição dessa tarefa a partir de uma autoridade institucional reconhecida pelo conjunto de agentes que compõem uma dada esfera pública. Nesse arranjo, os métodos da tenacidade e *a priori* cumprem papel determinante: o primeiro, ao perpetuar, pelo hábito, a autoridade obtida pela outorga conferida por outros campos; o segundo, na ideologia jornalística, que confere ao campo a condição de “quarto poder” em democracias liberais ocidentais.

No cenário em que a representação que o jornalismo faz dos acontecimentos, na condição de objeto semiótico, é questionada, quando não refutada, por sentidos que ele não considerou no signo/notícia – as “sobras” de que fala Santaella (2008) –, sua autoridade (independentemente de por quem lhe tenha sido atribuída) é estruturalmente abalada, do que decorre a dúvida sobre a crença; sua credibilidade é afetada também no âmbito da tenacidade e do *a priori*. Resta, então, a aposta no *método da ciência* – não como prática, importante reiterar, mas como forma de revisar a fixação da crença sobre o campo e, conseqüentemente, promover sua credibilidade.

Ao método da ciência, pois, Peirce (1877, p. 17) atribui a seguinte hipótese fundamental, definindo-a em linguagem que chama de “familiar”:

existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes das nossas opiniões acerca delas; estas realidades afectam os nossos sentidos de acordo com leis regulares, e embora as nossas sensações sejam tão diferentes como o são as nossas relações aos objectos, contudo, tirando proveito das leis da percepção, podemos descobrir, através do raciocínio como as coisas realmente são.

Vislumbra-se, aí, a possibilidade de enfrentamento da crise atual do jornalismo não por meio da reiteração da sua autoridade na forma como fora constituída, assentada no discurso de “verdade não mediada”, e, sim, pela transparência do método por meio do qual representa a realidade dos fatos, em busca da verdade verificável (Lisboa & Benetti, 2017). Assim, importaria menos uma noção de totalidade da representação que o signo/notícia é capaz de representar; importaria mais a credibilidade da representação que faz, independentemente da sua eventual parcialidade em relação ao todo do acontecimento ou, ainda, das minhas – ou das suas – crenças em relação ao contexto de sentido

em que aconteceu. Em Peirce (1877, p. 18), “O teste para saber se sigo verdadeiramente o método não é um apelo imediato aos meus sentimentos e objectivos, mas, pelo contrário, envolve ele próprio a aplicação do método”.

Seria um investimento na operacionalização de um chamado renitente à revisão do estatuto do campo (Oliveira, 2015; 2018; Oliveira et al. 2022; Oliveira et al., 2020; Oliveira, 2021), transitando de uma dimensão filosófica a uma dimensão mais conceitual e com vistas ao desenvolvimento de práticas. Dialogando novamente com Habermas (2003), o jornalismo tratar-se-ia de uma atividade de mediação em busca do melhor argumento. Caberia a ele, portanto, não apenas circular discursos que compõem uma dada esfera pública, mas também escrutiná-los – fazendo-o no contexto da mediação qualificada, por meio de teoria e métodos próprios.

Historicamente, o que o jornalismo fez foi arguir técnicas de linguagem como a objetividade e a imparcialidade, por exemplo, como constituintes da sua existência, reforçando a crença em si por meio, sobretudo, dos métodos da autoridade e da tenacidade, e reificando essa crença pelo método *a priori*; um plano de princípios éticos e deontológicos que assegurava o contrato de comunicação.

No movimento de revisão proposto, imparcialidade e objetividade saem da dimensão da ontologia e passam a ser tratadas, a partir de uma construção epistemológica, como parte da metodologia jornalística. Um reposicionamento inspirado em Ward (2010, p. 138-139), que separa a objetividade em três diferentes sentidos: “ontológico, epistemológico e processual”. O fenômeno em si é da ordem da objetividade ontológica; a tentativa de apreendê-lo passa pela construção epistemológica de métodos de investigação e verificação; métodos que dão forma à objetividade processual, na dimensão metodológica do estatuto do jornalismo (Oliveira, 2018).

Em meio à profusão de sentidos na esfera pública conformada pelo ambiente digital, o jornalismo seria o sistema capaz de conferir inteligibilidade à realidade caótica dos acontecimentos por meio do exercício de uma mediação qualificada. É uma proposta ousada – e incipiente, é preciso admitir –, na medida em que poderia resultar, se acolhida e bem-sucedida, na constituição do campo também como espécie de “guardião da semiodiversidade”, ao representar experiências na relação com o mundo para além daquelas que a minha própria existência é capaz de alcançar, estimulando a dúvida sobre a crença. Peirce (1877, p. 10) contribui para a defesa dessa proposta a partir da sua experiência pessoal: “Lembro-me de uma vez me terem pedido que não lesse certo jornal, com receio de que poderia mudar a minha opinião sobre o livre comércio”.

E a suspeita – fruto do cotejamento dessa elaboração teórico conceitual à investigação mais ampla (Pastl, 2022) cujos resultados principais são compartilhados a seguir – é que iniciativas como o Projeto Credibilidade podem, ao inserir a transparência no conjunto de práticas jornalísticas, entendidas como *legi-signo* na “semiose da notícia”, promover credibilidade pela crença no método.

Projeto Credibilidade

A iniciativa de colaboração internacional chamada de *The Trust Project* foi criada pela jornalista estadunidense Sally Lehrman e hoje conta com mais de 200 veículos, de 13 países. No Brasil, chega como Projeto Credibilidade, parceria

entre o Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor)¹⁰ e o Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (Unesp)¹¹. Tem a adesão dos brasileiros *A Gazeta*, *Agência Lupa*, *Agência Mural de Jornalismo das Periferias*, *Amazônia Real*, *Folha de S. Paulo*, *GZH*, *Jornal do Comercio*, *Nexo Jornal*, *O Povo*, *Poder360* e *Ponte Jornalismo*.

Um manual com oito indicadores (Figura 1) que orienta a produção e distribuição de conteúdo pelos veículos participantes: melhores práticas (indicar quem financia o veículo, por exemplo); jornalista (oferecer detalhes sobre quem produziu o conteúdo); tipo de conteúdo; citações e referências; métodos; apuração local (permitir que as pessoas saibam quando o conteúdo tem origem ou expertise local); diversidade de vozes; e feedback acionável. A estimativa dos mantenedores é que 327 milhões de pessoas por mês em todo o mundo recebam conteúdo com esses indicadores.

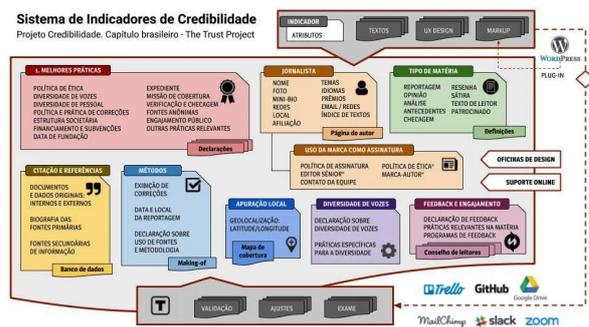


Figura 1: Indicadores do Projeto Credibilidade. Fonte: Projeto Credibilidade¹².

Com vistas à reflexão aqui proposta, a opção foi por trazer resultados de pesquisa anterior (Pastl, 2022) localizados em conteúdos cujo propósito é explicar a ineficácia da hidroxiclороquina contra a covid-19 produzidos por três veículos (em razão dos limites do artigo) – *Agência Lupa*, *Folha de S. Paulo* e *Nexo Jornal* – que conformam um corpus relativamente diverso: um especializado em checagem de fatos; outro legado, considerado de referência, com ênfase em *hard news*; e o terceiro nativo digital, com linha editorial voltada ao aprofundamento e contextualização dos acontecimentos.

Uma segunda decisão foi quanto ao período de análise, entendido como o mais promissor para compreender o cenário desinformativo: o auge da polêmica da hidroxiclороquina, quando, em 20 de maio de 2020, o Ministério da Saúde do Governo Bolsonaro, no Brasil, recomenda o uso do medicamento desde o primeiro dia dos sintomas. Buscou-se nos três sites os conteúdos que continham os termos “hidroxiclороquina” e “cloroquina”, com o filtro temporal de sete dias corridos desde o início do período.

Na *Agência Lupa*, o conteúdo ora oferecido à reflexão tem como título “#Verificamos: É falso que médicos de 30 países confirmam a eficácia da cloroquina¹³”, publicado no dia 16 de abril de 2020. A etiqueta que o veículo atribuiu ao conteúdo é “falso”, com base no resultado de diversas pesquisas científicas sobre a ineficácia. No jornal *Folha de S. Paulo*, o conteúdo tem como título “OMS desiste de testar cloroquina em tratamento de covid-19¹⁴”, publicada em 27 de maio: a OMS retirara o medicamento da lista de testes do programa internacional *Solidariety* após resultados de trabalhos que mostraram maior mortalidade – o contrário do que se esperava. E no *Nexo Jornal*, considerou-se conteúdo sob o título “O estudo global que reafirma a ineficácia da cloroquina contra o coronavírus¹⁵”, publicado em 22 de maio: uma explicação sobre o motivo pelo qual uma pesquisa apontou que o medicamento poderia aumentar o risco de morte e de arritmia grave.

A breve descrição dos materiais produzidos pelos três veículos circunscritos ao Projeto Credibilidade permite algumas considerações, no esteio do conjunto teórico-metodológico adotado, sobre a forma como os oito indicadores foram, de fato, incorporados nos conteúdos e pelos veículos jornalísticos nos seus sites. A classificação foi feita em quatro categorias: se o veículo cumpriu o indicador; se cumpriu parcialmente; se não cumpriu; e se o indicador não se aplica.

No caso da *Agência Lupa*, a checagem cumpre totalmente quatro indicadores (jornalista, tipo de conteúdo, diversidade de vozes e feedback acionável), parcialmente três (melhores práticas, citações e referências e métodos) e um não se aplica (apuração local). Em relação à *Folha de S. Paulo*, três foram totalmente cumpridos (jornalista, diversidade de vozes e feedback acionável), dois parcialmente (melhores práticas e citações e referências), dois não cumpridos (tipo de conteúdo e métodos) e um não se aplica (apuração local). Já no *Nexo Jornal*, três foram cumpridos totalmente (melhores práticas, diversidade de vozes e feedback acionável), um parcialmente (citações e referências), três não foram cumpridos (jornalista, tipo de conteúdo e métodos) e um não se aplica (apuração local).

Ainda que o material empírico trazido ao debate aqui seja insuficiente para que se universalize inferências, é possível perceber indícios da constituição da transparência como *legi-signo* na “semiose da notícia”.

O indicador “melhores práticas”, por exemplo, intenta revelar para o leitor quem é o veículo jornalístico que está sendo lido, seja por meio da sua missão, seu tipo de financiamento, seus proprietários. A lógica é a de que o leitor possa conhecer quem produz o conteúdo para, então, decidir se vale a pena continuar a consumi-lo. Já o indicador “jornalista” afunila, de algum modo, essas melhores práticas. A ideia é que o leitor tenha mais acesso a informações sobre o profissional que escreveu o conteúdo. Pode-se entender que funcionaria de modo a reafirmar o jornalismo enquanto uma forma de conhecimento específica, com técnicas próprias, já que os veículos indicam a trajetória profissional desses jornalistas, de modo a produzir sobre o leitor a crença de que eles dominam o método. Já o indica-

10 Disponível: <https://www.projor.org.br/>. Acesso: 20 mar 2023.

11 Disponível: <https://bityli.com/Ny5obF>. Acesso: 20 mar 2023.

12 Disponível: <https://www.credibilidade.org/indicadores>. Acesso: 20 mar 2023.

13 Disponível: <https://bityli.com/w8hguU>. Acesso: 20 mar 2023.

14 Disponível: <https://bityli.com/2T76Ek>. Acesso: 20 mar 2023.

15 Disponível: <https://bityli.com/z0fzZi>. Acesso: 20 mar 2023.

dor “tipo de conteúdo” funciona para alertar o leitor sobre o gênero do conteúdo – se opinião ou notícia ou reportagem, por exemplo. O indicador “citações e referências” talvez seja o que mais segue a lógica do conceito de transparência *stricto sensu*. Basicamente, a ideia é mostrar ao leitor de onde foram retiradas tais informações para provar que elas são verdadeiras.

O indicador “métodos”, não por acaso, tem importância genuína na proposta em curso. Funciona, mais uma vez, como forma de argumentar o jornalismo como uma forma de conhecimento específico, produzido a partir de metodologia própria. Informações de como foi produzido o conteúdo, de modo que o leitor entenda os processos adotados e, dessa forma, desenvolva ou reitere a crença no método. O indicador “apuração local” segue a mesma lógica, nesse caso, mostrando o quão próximo o jornalista está ou não do acontecimento representado e de seu contexto.

No caso do indicador “diversidade de vozes”, a transparência funciona no sentido da percepção sobre uma busca por fontes de diferentes lados ideológicos de um mesmo acontecimento; diferentes visões. A ideia aqui é que, seguindo esse indicador, se alcançaria um maior entendimento sobre o acontecimento, mais complexo. E o indicador “feedback acionável” funciona como uma maneira de oferecer transparência à relação com o público, reconhecendo seu lugar dialógico na “semiose da notícia”.

Embora não fosse o objetivo da análise aferir quantitativamente a incidência dos indicadores no material empírico analisado, uma breve contagem sobre a totalidade do corpus da pesquisa (aqui resumida de forma parcial) revelou que menos de 50% dos indicadores foram cumpridos (Pastl, 2022). Entende-se que, ainda que os indicadores sigam valores de transparência, carecem de aperfeiçoamento. Além de uma certa fragilidade técnica, apontada por Träsel et al. (2019), uma das suspeitas é que, além da transparência como *legi-signo*, atuam na “semiose da notícia” outros valores, ainda muito marcados, no arcabouço teórico aqui acionado, pelos métodos da autoridade, da tenacidade e a priori.

A maioria dos veículos que compõem a iniciativa, por exemplo, não informa quem os financia – uma recomendação no indicador “melhores práticas”. O uso de hiperlinks (indicador “citações e referências”), indicando de onde tal informação foi retirada, ainda é usado com moderação pelas empresas jornalísticas. O mesmo comportamento se vê no indicador “métodos”. Nenhum dos veículos explicou detalhadamente como foram produzidos os conteúdos. Nota-se um receio, aparentemente sustentado pelo método a priori, de divulgar todas as técnicas utilizadas em razão das afetações no contrato de comunicação também a partir da sua sustentação pelos métodos da tenacidade e da autoridade.

Ainda em relação ao indicador “métodos”, por outro lado, há também outros *legi-signos* que influenciam o não cumprimento pleno da recomendação contida no indicador. É o caso da velocidade. As exigências do mercado de trabalho no ambiente digital implicam numa decifração rápida do acontecimento e numa menor contextualização, o que pode impedir o repórter de cumprir esse ou aquele indicador.

Considerações finais

Mais de 30 anos depois do surgimento da internet comercial, cuja relação histórica com a evolução de técnicas e práticas jornalísticas é investigada por Mielnickzuk (2003) e Barbosa (2007), intuitivamente seria de se supor que houve evolução também na compreensão do jornalismo sobre a necessidade de repactuar o contrato de comunicação com o público. Quando são evocados estratos empíricos do fenômeno, contudo, os indícios não permitem, por enquanto, tal assertividade.

Por outro lado, postula-se que iniciativas como o Projeto Credibilidade denotam amadurecimento na percepção da crise. Contribuem, assim, para a constituição de uma segunda fase de reação – identificada em outro trabalho (Oliveira, 2021) –, mais reflexiva, menos instintiva. Um movimento que aqui se poderia inferir ser manifestação da compreensão dos limites dos métodos da tenacidade, da autoridade e a priori para conferir legitimidade ao campo na esfera pública contemporânea, embora eles ainda operem sentidos consistentes no contrato de comunicação entre jornalismo e público (Benetti, 2008).

Também é possível inferir, quando considerado o arranjo teórico-conceitual oferecido ao debate na reflexão que provisoriamente se encerra, um campo vasto para a experimentação da hipótese de que ao adotar a transparência no método, constituída como *legi-signo* (Peirce, 2002) na “semiose da notícia”, o jornalismo estaria legitimando tal método, com referência nas quatro formas de fixação da crença. É uma hipótese muito inicial, por outro lado, o que demanda ainda testes a partir de outras iniciativas de veículos jornalísticos e, sobretudo, de uma investigação mais aprofundada – além do diálogo com outras perspectivas teóricas.

A *credibilidade constituída*, nos termos de Lisboa e Benetti (2017), por sua vez, ganharia a transparência como elemento no processo de constituição. No raciocínio proposto pelas autoras, porém, ainda é preciso um empreendimento sobre as percepções do público para a análise das afetações da proposta sobre a *credibilidade percebida*, seja por meio de uma Análise de Discurso com esse propósito, seja pelos Estudos de Recepção, como exemplos de possibilidades.

O caminho ainda é longo e tortuoso, mas advoga-se, finalmente, que num ambiente de redes sociais digitais, em que a esfera pública é composta por processos de interpretação do mundo amplamente difusos, é possível vislumbrar o jornalismo como agente dotado tanto das premissas habermasianas (*compreensibilidade* na expressão; *verdade* na mensagem; *veracidade* na enunciação; *exatidão* no discurso) quanto do método adequado, em Peirce, para o exercício de uma mediação qualificada. Um passo ao encontro de Berger (2010, p. 24-25), que convida a um diálogo menos dissonante entre saber e fazer, prática e conhecimento, “na esperança de que o jornalismo possa, ao informar sobre a realidade, contribuir para o esclarecimento do mundo”.

Referências bibliográficas

- Barbosa, Suzana. (2007). *Jornalismo Digital em Base de Dados (JDBD) – um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos*. (Tese de Doutorado). PósCOM/UFBA, Bahia.
- Benetti, Marcia. (2008). O jornalismo como gênero discursivo. *Galáxia* (PUCSP), v. 15, p. 13-28.
- Benetti, Marcia. (2010). O jornalismo como acontecimento. In: Benetti, Marcia; Fonseca, Virginia Pradelina da Silveira. (Org.). *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. 1ed. Florianópolis: Insular, v. 1, p. 143-164.
- Benkler, Y., Faris, R. & Roberts, H. (2018) *Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford: Oxford University Press.
- Berger, Christa. (1998). *Campos em confronto: a terra e o texto*. Porto Alegre: UFRGS.
- Berger, Christa. (2010). O conhecimento do jornalismo no círculo hermenêutico. *Brazilian Journalism Research*, Brasília, v. 6, n. 2, p. 17-25.
- Brenol, Marlise V. (2020). A transparência como conduta para o jornalista. *Movendo ideias*. V. 25, N. 2, JUL./DEZ. ISSN: 2675-3162.
- Charaudeau, Patrick. (2006). *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto.
- Eco, Umberto. (1976). *A Theory of Semiotics*. Bloomington: Indiana University Press.
- Franciscato, C. (2005). *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão: UFS/Fundação Oviedo Teixeira.
- Golding, Peter & Elliott, Philip. (1979). *Making the news*. Londres: Longman.
- Habermas, J. (2003). Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hartley, J. (1991). *Understanding News*. Londres: Routledge.
- Henn, R. C. (1996). *Pauta e notícia*. Canoas: Ulbra.
- Lisboa, Silvia & Benetti, Marcia (2017). Credibilidade no jornalismo: uma nova abordagem. *Estudos de Jornalismo e Mídia*, v. 14, p. 51-62.
- Lotman, Iuri. (1996). *La semiosfera*. Madri: Catedra.
- Meditsch, E. (1998). Jornalismo como Forma de Conhecimento. *Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 25-38.
- Mielniczuk, L. (2003). *Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual*. 2003. 246f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador.
- Oehler, K. (1987). *An Outline of Peirce's Semiotics*. New York: Plenum Press.
- Oliveira, Felipe Moura (2012). Produção da notícia e movimentos sociais: processos de produção no Jornalismo. 2012. 286f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS.
- Oliveira, Felipe Moura de (2015). Do acontecimento à mediação: reflexões sobre a crise do jornalismo. In: 24º Encontro Nacional da Compós, 2015, Brasília. Anais do 24º Encontro Nacional da Compós.
- Oliveira, Felipe Moura de (2018). La semiosis de la noticia: Movimientos sociales en red y crisis del periodismo. Barcelona: Editorial UOC.
- Oliveira, Felipe Moura de (2021). Da crise à mediação qualificada: apontamentos a partir da #VazaJato como cibercontecimento jornalístico. PAUTA GERAL, ESTUDOS EM JORNALISMO, Volumen 8, 1-19, Ponta Grossa (PR).
- Oliveira, Felipe Moura de & Garcia, I. (2022). Zap Matinal: mediação e curadoria como enfrentamento ao caos informativo na pandemia de covid-19. In: 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2022, Fortaleza (CE). Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.
- Oliveira, Felipe Moura, Nickel, Barbara & Kalsing, Janaína (2020). A notícia contada, explicada e conversada: colaboração e mediação no jornalismo praticado em podcast no Brasil. *FRONTEIRAS*, Volume 22, 148-160. DOI: 10.4013/fem.2020.223.12, São Leopoldo (RS).
- Oliveira, Felipe Moura de, Henn, Ronaldo & Osório, Moreno (2022). Agir cartográfico. *ALCEU* (ONLINE), v. 22, p. 44-65.
- Pastl, C. M. L (2022). A INEFICÁCIA DA (HIDROXI) CLOROQUINA CONTRA A COVID-19 NO JORNALISMO. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Curso de Jornalismo, Porto Alegre.
- Peirce, C. S. (2002). *The Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Past Masters, CD-ROM. EUA, IntelLex Corporation.
- Peirce, C.S. (1887). A fixação da crença. Tradução: Anabela Gradim. In: *Popular sci*. Monthly 12.
- Quééré, L. (2005). Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n. 6, p. 59-76.

Recuero, Raquel, Soares, Felipe & Zago, Gabriela. (2020). Polarização, hiperpartidarismo e câmaras de eco: como circula a Desinformação sobre COVID-19 no Twitter. *Contracampo*, Niterói, v. 40, n. 1.

Reuters Institute. (2021). *Digital News Report*. Londres: Oxford University, 2021. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2021-06/Digital_News_Report_2021_FINAL.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

Santaella, L. (2008) *A Teoria Geral dos Signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Cengage Learning.

Santaella, L. (1983). *O que é Semiótica*. São Paulo: Brasiliense.

Tandoc Jr., e., Lim, Z.W. & Ling, R. (2017). Defining “Fake News”: A Typology of Scholarly Definitions. In: *Digital Journalism*, London, 6(2):1-17.

Träsel, Marcelo, Lisboa, Sílvia & Vinciprova, Giulia Reis. (2019). Post-truth and trust in journalism: an analysis of credibility indicators in Brazilian venues. *BRAZILIAN JOURNALISM RESEARCH* v. 15, p. 452-473.

Ward, S. (2010). Inventing Objectivity: New Philosophical Foundations. In: MEYERS, C. (Org). *Journalism Ethics: A Philosophical Approach*. New York: Oxford University Press, p. 137-152.

Wardle, Claire & Derakhshan, Hossein. (2017). *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Strasbourg: Council of Europe.

Wolf, M. (1995). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Presença.